



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
MÁRIO CAMPOS - MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS/MG

MÁRIO CAMPOS,
2022.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

MÁRIO CAMPOS - MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS EXERCÍCIO 2021

1) INTRODUÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, arts. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/94 e Lei 1953 de 07/03/2001, o Serviço de Controle Interno apresenta relatório sobre suas atividades desempenhadas no ano de 2021.

No âmbito da Câmara Municipal de Mário Campos, as responsabilidades sobre a execução dos controles inerentes aos atos e fatos administrativos estão diluídas ao longo de sua estrutura administrativa e são de competência de os seus servidores, em que peses possua um funcionário em seu quadro coordenando e avaliando os controles adotados pelo Legislativo.

O Controle Interno trabalha com a orientação e conscientização da necessidade de se realizar os procedimentos dentro dos aspectos legais e visando à eficiência da gestão. São feitas recomendações internas, no sentido de atender a legislação, bem como às Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Da mesma forma, a Controladoria Interna procede, através de levantamentos e verificações de dados, a demonstração das fases das despesas e a execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Casa de Leis.

2) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL

No exercício de 2021, foram realizados pela Controladoria os seguintes trabalhos:

2.1) Comunicados Internos (C.I.s)

C.I. 009/2021 – Relata à Presidência da Casa as funções e cargos ocupados na estrutura da Câmara Municipal, bem como suas modalidades de contratação;

C.I. 011/2021 – Encaminha à Presidência o Ofício n. 8.474, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

C.I. 022/2021 – Solicita à Presidência a contratação de servidor(a) apto a gerenciar o setor de comunicação da Câmara Municipal;

C.I. 023/2021 – Solicita ao Setor Legislativo que encaminhe leis e normas, a fim de atender a Assessoria Jurídica.

2.2) Relatórios

Relatório 01/2021 – Trata dos procedimentos de reembolso para Parlamentares e Servidores(as) a partir do preenchimento de formulário específico.

2.3) Certidões

Certidão 001/2021 – Certifica encerramento de consulta pública via rede social;

Certidão 002/2021 – Certifica encaminhamento de ofício-resposta à cidadão;

Certidão 003/2021 – Certifica encaminhamento de ofício-resposta à cidadão;

Certidão 004/2021 – Certifica inexistência de Revisão Geral Anual (RGA).

2.4) Pareceres

Parecer 001/2021 – Avaliza a contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, do profissional jurídico José Maria Ferreira Júnior;

Parecer 002/2021 - Avaliza a contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, da pessoa jurídica CONTAMIG Contabilidade Minas Ltda.

Ressalte-se que demais C.I.s integram procedimentos licitatórios, de modo que os mesmos serão tratados mais à frente neste Relatório.

3) ANÁLISE DE ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS

3.1) Avaliação dos Processos Licitatórios, dispensas e inexigibilidades

O departamento responsável procurou observar os diversos procedimentos a serem realizados no curso do processo licitatório, nas dispensas existentes, bem como nas inexigibilidades, observando as normas aplicáveis, a fim de assegurar a forma mais econômica e efetiva dos recursos públicos.

Assim, em 2021, foram realizadas as seguintes contratações/aquisições:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual (A + B + C)
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	R\$26.730,00	R\$26.730,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão Presencial	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00

Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II) (Compras de valor inferior ao limite mínimo)	0,00	R\$6.001,20	R\$19.869,02	R\$25.870,00
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	0,00	R\$1.299,76	R\$1.299,76
Inexigibilidade de Licitação	0,00	0,00	R\$135.498,21	R\$135.498,21
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	--	--	--	R\$ 189.397,97

Foram contratados/adquiridos por meio de **Carta-Convite**:

- 1) Mesa de som, microfones e respectivos cabos e conectores para o sistema de áudio do Plenário Inferior – R\$26.730,00;
- 2) Confeção e instalação de toldos/cobertura na entrada de pedestres e nas vagas de garagem do edifício-sede da Câmara Municipal (cujo valor fora empenhado para pagamento em 2022, dado o prazo de conclusão do serviço).

Foram contratados/adquiridos por meio de **Dispensa de Licitação**:

- 1) Reparo da cerca de proteção que margeia o terreno onde se encontra instalada a Sede da Câmara Municipal – R\$480,00;
- 2) Desentupimento da rede de águas servidas do prédio da Câmara Municipal – R\$1.500,00;
- 3) Seguro veicular para o automóvel da Câmara Municipal – R\$1.499,95;
- 4) Aquisição e instalação de refletor 100w para iluminação do pátio da Câmara Municipal – R\$236,00;
- 5) Cartões de visita para Parlamentares, pastas e envelopes personalizados – R\$3.650,00;
- 6) Cédulas de identificação de agentes públicos ou políticos, confeccionadas em PVC – R\$60,00;
- 7) Máscaras de proteção personalizadas passíveis de reutilização – R\$754,40;
- 8) Serviço de manutenção e conservação dos jardins externos da Câmara Municipal – R\$4.600,00;
- 9) Reparo do multifuncional utilizado por Servidores e Parlamentares – R\$438,00;
- 10) Reparo do telhado do Edifício-Sede da Câmara Municipal – R\$250,00;

- 11) Reembolsos de deslocamento e alimentação de Servidores e Parlamentares em compromissos fora do município: R\$813,86;
- 12) Taxas cartorárias: R\$168,09;
- 13) Gás de cozinha: R\$600,00;
- 14) Publicações no D.O.: R\$1.131,67;
- 15) Suporte para celular e webcam para transmissão das Sessões Plenárias: R\$249,70;
- 16) Flores para homenagem às vítimas por ocasião do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão: R\$169,10;
- 17) Gastos com cursos e seminários realizados por Parlamentares: R\$518,00;
- 18) Serviços de telefonia, água, esgoto, internet, servidor do site e energia elétrica: R\$10.865,07.

Foram contratados/adquiridos por meio de **Inexigibilidade de Licitação**:

- 1) Empresa para prestação de serviços técnico-contábeis especializados – assessoria e consultoria – R\$66.518,49;
- 2) Profissional jurídico para prestação de serviços técnico-jurídicos especializados – assessoria e consultoria – R\$68.979,72.

3.2) Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

No que concerne às Informações sobre a Gestão de Pessoas, temos o que segue:

Descrição do Cargo	Número de Vagas Disponíveis	Número de Vagas Ocupadas (em 31/12/2021)
Controlador-Geral	01	01
Agente Administrativo	02	01
Agente Legislativo	02	02
Assessor Parlamentar	09	05
Motorista	01	00
Agente de Serviços	02	02
Vigilante	02	02
Gerente Administrativo	01	01
Gerente Legislativo	01	01

Recepcionista	01	00
Total	22	15

Em relação ao quadro de funcionários, ficou constatado que as vagas ocupadas estão de acordo com o número de vagas disponíveis e determinadas em Lei, ou seja, não existe ocupação sem a respectiva vaga disponível.

3.3) Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal

54% (cinquenta e quatro por cento) gastos com folha de pagamento.

O Art. 20 de Lei Complementar nº 101/2000 determina que a despesa total com pessoal das Câmaras Municipais em cada período de apuração não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor total dos repasses anuais.

Ao final do exercício de 2021, a despesa com pessoal da Câmara Municipal Mário Campos, manteve os gastos com pessoal abaixo do limite fixado.

3.4) Empenho de valores da Gestão 2020

Para melhor elucidar pontos deste relatório, vale destacar que, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021, as assessorias jurídica e contábil, por orientação desta última, inclusive, permaneceram as mesmas do ano anterior, a fim de que a Casa não ficasse desguarnecida dos aludidos serviços, inerentes, é claro, à boa prática da atividade parlamentar.

Assim, para suprir os três meses em comento, a gestão do exercício 2020 empenhou os valores de R\$17.765,76 (dezesete mil setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos) para pagamento da empresa Adriano Grigorini Sociedade de Advogados e R\$16.464,00 (dezesesseis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais) à JMS Consultoria Ltda. Repita-se, por orientação da própria JMS.

4) RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS E EXECUÇÃO DAS DECISÕES DO TCE

Não foram expedidas recomendações pelo TCE à esta Câmara Municipal, de modo que não foi necessário relatório contendo determinações ou execuções a serem adotadas.

5) ANÁLISE PATRIMONIAL

Breves apontamentos:

- O patrimônio possui registro dos bens (natureza, classe e identificador) que permite sua rápida localização, e está sendo atualizado pelo Setor responsável;
- O inventário físico está sendo identificado com placas ou etiquetas, considerando que boa parte dos bens que haviam na antiga Sede já foram declarados inservíveis para a Câmara Municipal e devolvidos no ano de 2020.

Cumprе destacar que não foram adquiridos novos bens móveis em 2021.

6) ANÁLISE DO ALMOXARIFADO

Ao todo, ao longo de 2021, foram adquiridos pela Câmara Municipal os seguintes itens de material de escritório, limpeza e alimentação:

Descrição do Produto	Quantidade adquirida (caixa, unidade ou pacote)
Livro de protocolo	01
Pacotes de folha A4	32
Impressão colorida	20
Fita adesiva	2
Pilhas	22
CD-R com capa	2
Fita larga PVC	8
Mouse óptico	2
Lembretes adesivos	19
Caixa-arquivo	15
Porta-retratos	3
Envelope colorido para convite	60
Envelope pardo	250
Fita adesiva extraforte	2
Grampo de trilho	2
Furador de papel	2
Porta-canetas	1
Espiral 25mm	10



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
MÁRIO CAMPOS - MINAS GERAIS

Espiral 45mm	10
Espiral 07 a 20mm	10
Capa para encadernação	40
Pasta-catálogo	9
Agenda	1
Teclado USB	1
Pen Drive	1
Pasta classificadora	40
Cola bastão	1
Canetas (Cx)	2
Grampeador	2
Livro de ata	10
Régua	5

Descrição do Produto	Quantidade adquirida (caixa, unidade, kg ou pacote)
Água Mineral Galão 20L	85
Pente de ovos	31
Molho de tomate	35
Salsicha	11,61
Achocolatado	5
Queijo tipo mussarela	17,52
Biscoito salgado	35
Torradas	25
Leite condensado	16
Milho verde	13
Refrigerante	30
Suco concentrado	36
Mistura para bolo	92
Açúcar cristal	21
Pão de forma	29

Café	35
Biscoito doce	50
Atum ralado	15
Manteiga	15
Presunto	11,32
Queijo	4,12
Leite de coco	5
Maionese	18
Creme de leite	19
Sal refinado	2
Frango	8,946
Pão tipo bisnaguinha	17
Amendoim torrado	12
Mistura láctea	5
Canjica branca	6
Azeite de oliva	2
Refresco em pó	55
Óleo de soja	10
Leite integral	60
Chá mate em pó	25
Coco ralado	9
Polvilho azedo	6
Requeijão cremoso	5
Farinha de trigo	4
Tempero pronto	1
Milho de pipoca	4
Canela em pó	2
Bicarbonato de sódio	10
Descrição do Produto	Quantidade adquirida (caixa, unidade, litro ou pacote)

Sabonete líquido	4
Lustra-móveis	34
Aromatizador de ambientes	24
Detergente para louça	45
Limpador multiuso	38
Luvas de borracha	8
Caneco	2
Papel toalha	20
Sacos de lixo	56
Sabão em barra	4
Pedra sanitária	118
Saco alvejado	10
Produto para alumínio	17
Flanelas	10
Guardanapo de papel	30
Limpa vidros	10
Copos descartáveis	60
Sabão em pó	1
Desinfetante	26
Água sanitária	43
Espanador	2
Coador em flanela	5
Álcool líquido	10
Esponja de aço	20
Álcool gel	10
Escova de lavar	2
Soda cáustica	5
Cloro	10
Inseticida	10
Rodo limpa-vidros	1
Vassoura limpa-teto	1

7) REPASSES PROMOVIDOS PELO PODER EXECUTIVO

Ao longo do ano em comento, os repasses do duodécimo constitucional ocorreram da seguinte forma e valores:

MÊS	VALOR (R\$)
JANEIRO	152.257,75
FEVEREIRO	152.257,75
MARÇO	152.257,75
ABRIL	152.257,75
MAIO	152.257,75
JUNHO	152.257,75
JULHO	152.257,75
AGOSTO	152.257,75
SETEMBRO	152.257,75
OUTUBRO	152.257,75
NOVEMBRO	152.257,75
DEZEMBRO	152.257,75
TOTAL	1.827.093,00

8) GESTÃO DAS COMPRAS

Breves apontamentos:

- A Comissão de Licitação para o período de 2021 foi instituída através da Portaria n. 19/2021 e, posteriormente, alterada por meio da Portaria n. 26/2021;
- As compras são planejadas com antecedência, sempre precedidas de três orçamentos e, quando não há a possibilidade de se ter três orçamentos, é feita uma justificativa;
- Não existe cadastro de preços ou fornecedores. Para as aquisições é efetuada uma pesquisa de mercado com, no mínimo, três empresas;
- Os processos licitatórios são numerados, autuados e protocolados. Após, conferidos pelo Sistema de Controle Interno e solicitadas ou notificadas às correções necessárias;

- O prazo dos Editais é respeitado entre a publicação e a abertura dos envelopes;
- As minutas dos editais são assinadas pela Presidência da Casa, bem como pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação;
- O processo contém todos os documentos exigidos no art. 38 da Lei 8666/93;
- Os editais obedecem ao previsto no art. 40 da Lei 8666/93;
- Os contratos seguem o disposto no art. 55 da Lei 8666/93.

9) GESTÃO DE PAGAMENTOS

- Todos os pagamentos são feitos apenas pelo Tesoureiro, em cheques e/ou ordem bancária;
- Os cheques são emitidos com cópias e nominais;
- Os pagamentos por meio eletrônico possuem os comprovantes adequados;
- Antes de se pagar o empenho é conferida a sua liquidação e autorização para pagamento;
- Os registros contábeis são efetuados tempestivamente;
- A emissão do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é tempestiva, documentação comprobatória está correta;
- Os documentos da despesa são arquivados, conforme o ano em que houve a quitação.

Frise-se que a Controladoria Interna fez inspeção nos Setores de Contabilidade e Tesouraria e constatou que estão sendo seguidas as rotinas estabelecidas.

10) GESTÃO DE FROTA

Há controle de gastos com o veículo oficial, constando nos arquivos da Câmara controle de deslocamento, despesas com a manutenção do veículo e custeio de combustíveis.

11) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às informações contidas no relatório, resta constatado que os dados apresentados são fidedignos, e que a Câmara Municipal de Mário Campos vem cumprindo a Legislação vigente, em especial ao processamento da despesa e as normas legais quanto à execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

Durante o exercício, procuramos observar as ações quanto à verificação dos procedimentos operacionais e, especialmente, quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência dos atos de gestão, promovendo o atendimento às disposições legais e a eficiência operacional.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL **MÁRIO CAMPOS - MINAS GERAIS**

Conforme exposto no relatório, os valores empenhados e liquidados não extrapolaram os respectivos créditos orçamentários disponíveis e foi providenciada a devolução dos recursos não utilizados – a maior da história do Município.

Denota-se, ainda, a elevada majoração de despesas num modo geral, refletindo a intensa atividade promovida pelos(as) Parlamentares ao longo do ano, que se preocuparam em realizar incontáveis reuniões e atendimento a cidadãos, além de Sessões Solenes, Audiências Públicas e afins.

Por fim, conclui-se que o Poder Legislativo, de uma forma geral, atendeu aos requisitos da gestão fiscal, administrando seus gastos e mantendo o equilíbrio financeiro, bem como apresentou os percentuais de aplicação dentro dos limites legais.

Mário Campos/MG, 29 de março de 2022.

Vítor Rodrigues Pimentel
Controlador Interno
Câmara Municipal de Mário Campos/MG